

c) Os assistentes que, com pelo menos três anos de bom e efectivo serviço na categoria, tenham obtido um diploma de estudos graduados ou estejam habilitados com o grau de mestre ou equivalente na área científica para que é aberto o concurso;

d) Os candidatos referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;

e) Os equiparados a professor-adjunto ou a assistente, da mesma ou de outra escola da área científica para que é aberto o concurso ou área afim e que satisfaçam os requisitos de habilitações e de tempo de docência fixados no artigo 5.º do diploma referenciado.

II — 1 — A candidatura deve ser formalizada mediante requerimento dirigido ao Sr. Reitor da Universidade do Minho e entregue, pessoalmente, na Secretaria da Escola Superior de Enfermagem, durante as horas normais de expediente (9h-12h e 14h-17h), no Edifício dos Congregados, Avenida Central, n.º 100 ou

remetida pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção para Escola Superior de Enfermagem, Largo do Paço, 4704 -553 Braga.

2 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído, sob pena de exclusão, com:

a) Documento comprovativo do preenchimento das condições fixadas em qualquer das alíneas do n.º 1;

b) Quatro exemplares, impressos ou fotocopiados, do *curriculum vitae*, detalhado com indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas;

c) Certidão do registo criminal;

d) Atestado passado pelo delegado ou subdelegado de saúde comprovativo de que o interessado não sofre de doença contagiosa e possui a robustez física necessária para o exercício do cargo;

e) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico;

f) Cópia simples do bilhete de identidade;

g) Fotocópia de cédula de inscrição na Ordem dos Enfermeiros.

3 — Os documentos a que aludem as alíneas c) a e) podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

4 — Os candidatos devem ainda proceder às seguintes indicações, devidamente comprovadas:

a) Identificação completa, endereço e telefone;

b) Habilitações académicas;

c) Concurso e categoria a que se candidata, mencionando o *Diário da República*;

d) Categoria, que detém, tempo de serviço como docente do ensino superior politécnico e instituição a que pertence;

e) Especialidade adequada à exigência para que foi aberto o concurso, com indicação do tempo de serviço efectivo como docente do ensino superior politécnico;

f) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais, todavia, só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;

g) Data e assinatura.

III — 1 — A Escola comunicará aos candidatos, no prazo de três dias úteis, contados do termo do prazo do concurso, o despacho de admissão ou não admissão, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições estabelecidas.

2 — Nos termos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, os critérios de selecção e ordenação dos candidatos basear-se-ão na análise curricular, tendo em conta o mérito científico e pedagógico dos candidatos e a sua relevância para a área científica para que é aberto o concurso. Na avaliação curricular constituem critérios de ordenação e selecção dos candidatos:

a) Habilitações académicas;

b) Outros cursos formais, a nível de graduação ou pós-graduação;

c) Experiência na docência em escolas superiores de enfermagem;

d) Experiência profissional em enfermagem;

e) Investigação desenvolvida;

f) Trabalhos publicados ou apresentados;

g) Participação em grupos de trabalho, júris de concurso e comissões no âmbito da actividade pedagógica como docente em Enfermagem;

h) Acções de formação frequentadas nos últimos três anos.

IV — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Beatriz Rodrigues Araújo, professora-coordenadora da Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho.

Vogais efectivos:

Maria Isabel Gomes de Sousa Lage, professora-coordenadora da Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho.

Maria Manuela Cunha Silva e Melo, professora-adjunta da Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho.

Vogais suplentes:

Ana Paula Morais de Carvalho Macedo, professora-adjunta da Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho.

Maria Filomena Pereira Gomes, professora-coordenadora da Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho.

V — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar vai ser lavrado o presente edital, que vai ser afixado no átrio do Largo do Paço e na Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho.

21 de Fevereiro de 2008. — O Reitor, *A. Guimarães Rodrigues*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Aviso n.º 6891/2008

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que foi afixada, nesta data, a lista de antiguidades do pessoal desta Reitoria, reportada a 31 de Dezembro de 2007.

O prazo de reclamação é de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 96.º do referido diploma legal.

19 de Fevereiro de 2007. — A Administradora, *Fernanda Martinez Cabanelas Antão*.

Instituto de Tecnologia Química e Biológica

Despacho (extracto) n.º 6829/2008

Por despacho de 14 de Fevereiro de 2008, do Sr. Reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Doutor Carlos Maria de Noronha Galvão Franco Frazão, Investigador Auxiliar do quadro de pessoal Não Docente — nomeado mediante concurso, Investigador Principal do quadro de pessoal Não Docente do Instituto de Tecnologia Química e Biológica, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da data da aceitação do lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas).

20 de Fevereiro de 2008. — O Director, em substituição, *Miguel Sepúlveda Teixeira*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Arquitectura

Despacho (extracto) n.º 6830/2008

Por despacho de 9 de Janeiro de 2008 do presidente do conselho directivo, por delegação, foi o Doutor Pedro César Clara do Carmo Gadanho, assistente além do quadro desta Faculdade, contratado por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar além do quadro da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 10 de Dezembro de 2007, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

21 de Fevereiro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Francisco José Barata Fernandes*.

Faculdade de Ciências

Despacho (extracto) n.º 6831/2008

No âmbito da alínea a) do artigo 25.º dos Estatutos da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, relativo à competência do Director, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 66, de 18 de Março de 1996, delego na Prof.ª Doutora Maria do Rosário Machado Lema Sinde Pinto, Professor Auxiliar, membro do Conselho Directivo da Faculdade de Ciências, a competência para assinar o despacho normal do expediente.